

# Inquietação com o adiamento do plano

DECISÃO DE ITAMAR ASSUSTA ECONOMISTAS E EMPRESÁRIOS: TEMEM GOVERNO SEM RUMO.

O programa econômico de curto prazo, adiado para depois da votação do **impeachment**, foi vítima de um fato político, segundo o deputado federal Antônio Delfim Netto: "Os ministros levaram um programa **collorido** e o Itamar não aceitou". **Collorido** quer dizer: parecido com os de Marcílio Marques Moreira. Outros economistas e empresários condenaram o adiamento, como o ex-secretário de Política Econômica, Roberto Macedo: "Esperar é perder tempo. Corremos o risco de perder mais um quinquênio". Emerson Kapaz, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos (Abrinq) e Sérgio Bergamini, diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), ficaram apreensivos. "Quem não assume logo seu papel verdadeiro não está preparado para exercer o cargo. Parece que o presidente não está seguro", diz Bergamini. Mas Roberto Jeha, 1º secretário da Federação das Indústrias (Fiesp), justifica Itamar: mostra bom senso ao esperar o julgamento e "já sinalizou por onde pretende caminhar".

O presidente da Confab, Roberto Cayubi Vidigal, admite: "Não há com o que ficar preo-

cupado. Não há plano algum. Qualquer coisa só pode funcionar após o ajuste fiscal". Para Delfim, retomar o crescimento é a saída, mas isto exige "um programa bem sucedido de estabilização, com um corte efetivo das despesas públicas. Tudo o que for para Estados e municípios é preciso cortar", diz. Previendo que as despesas com o funcionalismo passem de 16% do PIB em 91 para 17 a 18% este ano, Delfim compara o governo "à cobra que come seu próprio rabo": o País tem US\$ 12 bilhões de reservas cambiais acima do necessário, paga por isso US\$ 3,5 bilhões anuais além do que recebe pela aplicação dos dólares, mas não muda a política temendo que juros mais baixos produzam uma corrida contra os ativos em cruzeiros que leve à hiperinflação. Mas a solução não está num aumento de impostos para extrair US\$ 14 bilhões do setor privado: "O problema é conjuntural, não estrutural. A economia tem capacidade ociosa de pelo menos



Arquivo/AE

Delfim: collorido não.

15% e se arrecadas-se 25% sobre isso ganharia 3,75% do PIB. O desequilíbrio é produzido porque a economia opera devagar". Se o governo cobrar mais tributos, as empresas transferirão o ônus para os preços, haverá em conse-

quência um forte recuo no salário real e os trabalhadores serão sacrificados.

Macedo rejeita o argumento de que o programa foi adiado por causa do **impeachment** e diz que o governo começou, de fato, quando dividiu o Ministério da Economia em dois. "Era preciso consolidar o tratamento mas além disso ter um programa próprio, pois não há saída fora do ajuste macroeconômico com tempero social. Itamar pegou o doente e ele é o responsável pelas decisões da família. Saiu Marcílio e entrou uma junta médica mas se ele visse a prancheta que fica na cabeceira do doente, veria que o tratamento vinha dando certo, com inflação, déficit e dívida menores". O cientista político Bolívar Lamounier evita avaliações rígi-

das mas observa que Itamar passa uma sensação incômoda e de incerteza para a sociedade e o mercado financeiro ao adiar o plano: "É difícil avaliar se ele faz isso por cálculo político, porque não tem certeza do apoio do Congresso ou se por uma questão ética e legal". Mas Lamounier não acredita que a decisão de Itamar vá parar a economia. "Pode provocar insegurança mas não paralisação. O que causa reações mais negativas no mercado é seu desentendimento com os ministros da Segundo Kapaz, o País precisa definição rápida de rumos e o comportamento do presidente só gera especulações".

Os ministros do Planejamento e Fazenda conseguiram driblar ontem a imprensa. Gustavo Krause passou o dia com a família e à tarde encontrou-se com o governador Joaquim Francisco Cavalcante, e foi assistir o jogo entre Náutico e Santa Cruz, na Ilha do Retiro. Segundo sua mulher, Débora, mesmo que algum jornalista conseguisse localizá-lo nas arquibancadas, onde foi torcer pelo Náutico, ele "não daria uma palavra sobre política". O ministro retorna hoje à Brasília.

Economia -  
JORNAL DA TARDE 30 NOV 1992